



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681982 - BA (2021/0230292-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JOAO NUNES LUCENA NETO
ADVOGADO : JOAO NUNES LUCENA NETO - BA053995
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : MARCOS FELIPE ALVES DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : EDUARDO VIEIRA MAIA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS FELIPE ALVES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8007921-58.2020.8.05.0000).

Infere-se dos autos que o paciente foi denunciado e teve a prisão preventiva decretada em razão do suposto crime previsto "no art. 121, § 2º, inciso IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal Brasileiro" (fl. 22).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para formação da culpa, pois (fl. 6):

[...] não se afigura razoável um processo, especialmente, a primeira fase de um procedimento do Tribunal do Júri perdurar exatos 03 (três) anos sem ser concluído (não houve sequer a decisão de pronuncia até o momento), gerando constrangimento ilegal por excesso de prazo sem o devido julgamento da controvérsia [...].

Agrega a alegação de que não se fazem mais presentes os requisitos da segregação cautelar, pois, "depois de um longo lapso temporal desde a data inicial da segregação até a presente data, qualquer fundamento utilizado para manter o mesmo no cárcere caiu por terra" (fl. 14).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a preventiva ou responder em liberdade ao processo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a cópia do acordão apontado no HC n. 8007921-58.2020.8.05.0000, imprescindível para análise da fundamentação que levou a Corte estadual à denegação da ordem. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acordão do HC n. 8007921-58.2020.8.05.0000.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência